CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1453/76 (ap. 686/77) (Reautuado em 11/03/86)

INTERESSADA : UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÓLIO DE MESQUITA FILHO"

ASSUNTO : Alteração no Estatuto e no Regimento Geral

RELATOR : Cons° Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

PARECER CEE N° 337/87

APROVADO EM 25/02/87

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO:

O Magnífico Reitor da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" envia, para apreciação deste Conselho, pedido de alteração dos artigos 18, 21, 32, 41, 42, 62, 88 e 94 do Estatuto e 17, 27, 40, 108, 126, 127, 138, 139, 149, 149-C, 149-E e 151 do Regimento Geral daquela Universidade.

2- FUNDAMENTAÇÃO:

As alterações propostas foram encaminhadas através dos ofícios 69/86, 86/86 e 9/87 e encontram-se devidamente aprovadas pelo Conselho Universitário da UNESP.

Com relação ao Estatuto, as mudanças propostas são:

1. inclusão de um inciso no artigo 18. Este artigo "refere-se as competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços a Comunidades a inclusão do inciso visa dar competência para o CEPZ reconhecer títulos universitários. Atualmente, este assunto compete ao Conselho Universitário.

2. nova redação ao artigo 21. Este artigo refere-se à nomeação Reitor. É proposta a nomeação através de lista tríplice, mandato de quatro anos, não sendo permitida recondução.

A nomeação de Reitor e Vice-Reitor encontra-se fixada através da Lei 6.420, de 3 de junho de 1977, que alterou a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que reza;

"Art. 16 - A nomeação de Reitores e Vice-Reitores do Universidades, e de Diretores o Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior, obedecerá, ao seguinte;

I - O Reitor e o Vice-Reitor de Universidade oficial serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, escolhidos em listas preparadas por um Colégio Eleitoral especial, constituído da reunião do Conselho Universitário e dos órgãos colegiados máximos de ensino e pesquisa e de administração, ou equivalente;

§ 1º. - Ressalvado o caso do inciso II deste artigo," as listas a que se refere este artigo serão sêxtuplas;

Desta forma, e inviável a nova redação que propõe a escolha do Reitor através de lista tríplice,

3. Artigo 32 - § 1º A - refere-se à composição da Congregação. A proposta prevê a indicação da representação discente pelo Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico*

4º Artigo 41-refere-se a chefia de Departamento. A alteração prevê a titulação mínima de Doutor para o cargo de Chefe de Departamento; anteriormente, a exigencia era de Livre-Docente.

5. Artigo 42 diz respeito a composição do Conselho de Departamento. A alteração inclui a representação do corpo técnico-administrativo no colegiado.

6. Artigo 82,§ 1º-refere-se ao provimento de cargo de Professor Titular. A proposta visa adequar o artigo à nova redação do artigo 18.

7. Artigo 88,§ 3º-é relativo a representação discente. A alteração visa incluir o Centro Acadêmico como órgão de representação.

8. Artigo 94-refere-se ao concurso de livre-docência. A nova redação visa adequá-lo a alteração das novas normas de equivalência de títulos (artigo 18).

Para que se tenha idéia das alterações propostas, reproduzimos a seguir o texto em vigor e a redação proposta:

TEXTO EM VIGOR

(emenda aditiva)

ARTIGO 18ARTIGO 21

O Reitor será nomeado pelo Governador, em lista tríplice de Professores Titulares, com mandato de quatro anos.

ARTIGO 32

§ 1º A - A representação a que se refere o inciso VI será indicada pelo Diretório Acadêmico, permitida 1 (uma) recondução.

ARTIGO 41

Caberá à Chefia a função executiva a nível de Departamento.

§ 1º - O Chefe será escolhido pelo Diretor da Unidade, entre os docentes de maior titulação, mediante lista tríplice elaborada pelos docentes do Departamento.

§ 2º - É de dois anos o mandato do Chefe do Departamento, vedadas duas reconduções consecutivas.

REDAÇÃO PROPOSTAARTIGO 18

XI A - reconhecer títulos universitários obtidos em Instituição de ensino superior, do país ou do exterior, ouvida a respectiva Congregação.

ARTIGO 21

O Reitor será nomeado pelo Governador, em lista (tríplice) *sêxtupla* de Professores Titulares, com mandato de quatro anos, não sendo permitida recondução sucessiva. *(Alteração do relator).

ARTIGO 32

§ 1º A - A representação a que se refere o inciso VI será indicada pelo Diretório Acadêmico ou pelo Centro Acadêmico, permitida 1 (uma) recondução.

ARTIGO 41

Caberá à Chefia a função executiva a nível de Departamento.

§ 1º - O Chefe deve ter, no mínimo, o título de Doutor e será escolhido pelo Diretor da Unidade, mediante lista tríplice elaborada pelos docentes do Departamento.

§ 2º - É de dois anos o mandato do Chefe do Departamento, vedadas duas reconduções consecutivas.

TEXTO EM VIGOR

§ 3º - Quando não existir docente com igual título para suceder ao Chefe cessante do Departamento, a lista triplíce será completada ou constituída por docentes com título menor, respeitado, no mínimo, o título de Livre-Docente.

§ 4º - O Chefe será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por um Subchefe, indicado conforme os critérios fixados nos parágrafos anteriores.

§ 5º - Verificada a vacância da função de Chefe, seu substituto convocará reunião do Departamento, dentro de quinze dias, para a elaboração da lista triplíce nos termos do disposto neste artigo.

§ 6º - No impedimento do Subchefe, a substituição far-se-á pelo docente mais graduado, membro do Conselho de Departamento, com maior tempo de exercício no cargo ou função.

ARTIGO 42

O Conselho de Departamento, órgão colegiado deliberativo ao nível de Departamento, compõe-se:

- I - do Chefe, que presidirá às suas reuniões;
- II - do Subchefe;
- III - dos Professores Titulares;
- IV - de dois representantes de cada uma das demais categorias

REDAÇÃO PROPOSTA

§ 3º - O Chefe será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por um Subchefe, indicado conforme os critérios fixados nos parágrafos anteriores.

§ 4º - Verificada a vacância da função de Chefe, seu substituto convocará reunião do Departamento, dentro de quinze dias, para a elaboração da lista triplíce, nos termos do disposto neste artigo.

§ 5º - No impedimento do Subchefe, a substituição far-se-á pelo docente mais graduado, membro do Conselho de Departamento, com maior tempo de exercício no cargo ou função.

ARTIGO 42

O Conselho de Departamento, órgão máximo de deliberação nesse nível, tem a seguinte composição:

- I - O Chefe que preside às suas reuniões;
- II - o Subchefe;
- III - representantes das categorias docentes, até o máximo de dois por categoria, eleitos por

TEXTO EM VIGOR

-docentes, eleitos por seus pa-
res;

V - representação discente.

§ 1º - O mandato dos representantes referidos no inciso IV será de dois anos.

§ 2º - A representação discente terá mandato de um ano, devendo a escolha recair em alunos matriculados em disciplinas do Departamento.

ARTIGO 82

§ 1º - Poderão concorrer ao cargo de Professor Titular docentes de outras Universidades, portadores do título de Livre-Docente, obtido com os mesmos requisitos exigidos pela UNESP, desde que aceitos os títulos pela mesma.

ARTIGO 88

§ 3º - A representação discente será indicada pelo Diretório Acadêmico ou Diretório Central de Estudantes, conforme o órgão colegiado a que se destinar.

REDAÇÃO PROPOSTA

seus pares;

IV - representação discente;

V - um representante do corpo técnico-administrativo!"

§ 1º - O mandato dos representantes referidos no inciso III será de dois anos.

§ 2º - A representação discente terá mandato de 1 (um) ano, sendo permitida 1(uma) recondução, devendo a escolha recair em alunos matriculados em disciplinas do Departamento.

§ 3º - A representação a que se refere o inciso V deste artigo somente ocorrerá nos Departamentos que tenham, no mínimo, três Servidores Técnicos e Administrativos, sendo o mandato de dois anos, permitida uma recondução sucessiva.

ARTIGO 82

§ 1º - Poderão concorrer ao cargo de Professor Titular candidatos estrangeiros à UNESP, portadores de título de Livre-Docente cuja equivalência haja sido reconhecida por esta Universidade.

ARTIGO 88

§ 3º - A representação discente será indicada pelo DCE e pelos DAs ou CAs, conforme o órgão colegiado a que se destinar.

TEXTO EM VIGOR

ARTIGO 94

Somente poderão candidatar-se à livre docência portadores de diploma universitário que tenham conquistado o título de doutor.

REDAÇÃO PROPOSTA

ARTIGO 94

Somente poderão candidatar-se à livre-docência portadores de título de Doutor, conferido pela UNESP ou por ela declarado equivalente!"

Com relação ao Regimento Geral, as alterações prepostas são:

1. Artigo 17 - Refere-se à composição das várias Câmaras e disciplina a forma de sua constituição.

2. Artigo 27-refere-se a composição da Comissão Permanente de Regime de Trabalho. É proposto o aumento do número de membros; a titulação mínima, que atualmente é de Professor Titular, passa para Livre-Docente, podendo o professor ser aposentado ou encontrar-se em exercício de suas funções na UNESP.

3. Artigo 4º, inciso XX - refere-se as competências da Congregação. A proposta visa estabelecer que a Congregação aprove a prestação de contas do Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico*

4 . Artigo 108 e §§ - refere-se a equivalencia de títulos. A proposta visa adequação as novas normas que transferem ao CEPE o julgamento das referidas equivalencias.

5. Artigo 126 - refere-se ao acesso às funções da carreira docente, a alteração visa adequar o artigo ao artigo 108.

6. Artigo 138-refere-se a representação estudantil junto ao C.O. A alteração retirou a expressão "ou de autarquia vinculada",

7. Artigos 139, 149, 149C, 149E e 151-referem-se à representação discente; as alterações propostas visam introduzir a figura do Centro Acadêmico, a abolição do "quorum" eleitoral, a restrição do exercício da representação discente a aluno de pós-graduação que exerça atividade docente na Universidade, restrição do exercício da mesma representação estudantil em mais do um órgão colegiado, normas para prestação de contas das subvenções recebidas pelos órgãos de representação estudantil.

Com a finalidade de se ter uma idéia das alterações reprodu-

zimos a seguir o texto em vigor e a redação proposta:

TEXTO EM VIGOR

ARTIGO 27

A C.P.R.T. será composta por nove professores titulares nomeados pelo Reitor, um terço dos quais poderá ser estranho ao corpo docente da UNESP.

ARTIGO 40

XX - reconhecer o Diretório Acadêmico da unidade, homologar seu Regimento e deliberar sobre sua prestação de contas;

ARTIGO 108

Os títulos de Mestre, Doutor ou de Livre-Docente obtidos fora da UNESP deverão ter sua equivalência reconhecida previamente para efeito de inscrição em concurso de docente na UNESP, salvo no caso de terem sido obtidos em cursos de pós-graduação credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º - Os candidatos que apresentarem títulos nos termos do "caput" deste artigo, cuja equivalência ainda não tenha sido reconhecida, terão sua inscrição aceita condicionalmente, dependendo sua confirmação de decisão do CO, quanto ao pedido de equivalência.

REDAÇÃO PROPOSTA

ARTIGO 27

A C.P.R.T. será composta por 13 membros, com titulação mínima de Livre Docente, indicados pelo Reitor dentre os docentes da UNESP, em exercício ou aposentados.

ARTIGO 40

XX - deliberar sobre a prestação de contas do Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico;

ARTIGO 108

Os títulos de Mestre, Doutor e de Livre-Docente, obtidos fora da UNESP, serão admitidos para fins de concurso, de contratação e de progressão na carreira docente, quando houver sido reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos por esta Universidade.

§ 1º - Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos em cursos credenciados pelo CFE, dispensam o processo de reconhecimento a que se refere o "caput" deste artigo.

TEXTO EM VIGOR

§ 2º - Havendo candidatos na situação prevista no parágrafo anterior, o concurso ficará suspenso até a decisão do CO.

ARTIGO 126

O acesso às funções da carreira docente da UNESP, de que trata o artigo 72 do Estatuto, será feito da seguinte forma:

I - O Professor-Assistente que obtiver o título de Doutor na UNESP, ou por ela considerado equivalente, terá acesso automático à função de Professor Assistente Doutor;

II - O Professor Assistente Doutor que obtiver o título de Livre-Docente na UNESP, ou por ela considerado equivalente, terá acesso automático à função de Professor Adjunto.

ARTIGO 127

O concurso para a obtenção do título de Livre-Docente, aberto a portadores do título de Doutor, concedido ou considerado equivalente pela UNESP, constará das provas especificadas no artigo 95 e parágrafos do Estatuto.

REDAÇÃO PROPOSTA

§ 2º - A inscrição em concursos de candidatos cujos títulos hajam sido obtidos fora da UNESP será aceita condicionalmente, dependendo a respectiva confirmação de manifestação da Universidade quanto à equivalência do título apresentado.

§ 3º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a realização do concurso ficará suspensa até a decisão do CEPE.

ARTIGO 126

O acesso às funções da carreira docente da UNESP, de que trata o artigo 72 do Estatuto, atendido o disposto no artigo 108 deste Regimento, será feito da seguinte forma:

I - O Professor Assistente que obtiver o título de Doutor terá acesso à função de Professor Assistente Doutor;

II - O Professor Assistente Doutor que obtiver o título de Livre-Docente terá acesso à função de Professor Adjunto.

ARTIGO 127

O concurso para a obtenção do título de Livre-Docente, aberto a portadores de título de Doutor, concedido ou considerado equivalente pela UNESP, constará das provas especificadas no artigo 95 e parágrafos do Estatuto.

TEXTO EM VIGORARTIGO 138

Na representação estudantil junto ao CO, não haverá mais que um representante de cada "Campus" da UNESP ou de autarquia vinculada.

ARTIGO 139

A representação discente para os órgãos colegiados da UNESP será indicada:

I - pelo Diretório Central de Estudantes, se destinar-se ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade;

II - pelo Diretório Acadêmico, se destinar-se aos Colegiados das Unidades Universitárias.

§ 1º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado.

§ 2º - Somente estão aptos a fazer tais indicações os Diretórios que tenham seus Regimentos aprovados pelo colegiado competente.

ARTIGO 149

As diretorias do DCE e do DA terão composição prevista em seus Regimentos.

ARTIGO 149-C

Os candidatos mais votados somente serão proclamados eleitos se a percentagem dos que votaram tiver atin

REDAÇÃO PROPOSTAARTIGO 138

Na representação estudantil junto ao CO, não haverá mais que um representante de cada "Campus" da UNESP.

ARTIGO 139

A representação discente para os órgãos colegiados da UNESP será indicada:

I - pelo Diretório Central de Estudantes, se se destinar ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade;

II - pelo Diretório Acadêmico ou pelo Centro Acadêmico, se se destinar aos colegiados das Unidades Universitárias.

Parágrafo único - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado.

ARTIGO 149

As diretorias do DCE, do DA e do CA terão a composição prevista nos respectivos Regimentos.

ARTIGO 149-C

Não será permitida a representação de aluno de curso de pós-graduação que exerça atividade docente na

TEXTO EM VIGOR

gido o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de eleitores, que sejam alunos regulares matriculados na Unidade Universitária.

§ 1º - Não será permitida a representação de aluno de curso de pós-graduação que exerça atividade docente na UNESP.

§ 2º - Não havendo sido atingido o "quorum" a que se refere este artigo, a autoridade competente convocará nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira eleição.

§ 3º - Não havendo "quorum" também no segundo pleito, somente será convocada nova eleição para o mandato subsequente.

ARTIGO 149-E

Os candidatos aos cargos do DA e do DCE somente terão seus registros deferidos, bem como os representantes estudantis, suas designações efetivadas, se preencherem os seguintes requisitos:

I - ser aluno regularmente matriculado;

II - estar cursando, pelo menos, 3 (três) disciplinas no período letivo.

Parágrafo único - O não-preenchimento de qualquer destes requisitos, -

REDAÇÃO PROPOSTA

UNESP.

ARTIGO 149-E

Os representantes estudantis somente terão suas designações efetivadas se preencherem os seguintes requisitos:
I - ser aluno regularmente matriculado;

II - estar cursando, pelo menos, 3 (três) disciplinas no período letivo
Parágrafo único - O não-preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

TEXTO EM VIGOR

em qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

ARTIGO 151

A UNESP e as Unidades Universitárias procurarão consignar em seu orçamento dotação para o DCE e DAS, conforme critérios a serem fixados pelo CO.

§ 1º - As diretorias do DCE deverão prestar contas para o CO e as DAS para as respectivas Congregações.

§ 2º - Estas contas, que se destinam à divulgação entre todos os associados dos Diretórios, deverão envolver toda a receita das referidas entidades, seja proveniente das contribuições dos estudantes, seja proveniente das dotações mencionadas no "caput" deste artigo ou outras quaisquer fontes.

REDAÇÃO PROPOSTAARTIGO 151

A Universidade poderá consignar em seu orçamento dotação para os órgãos de representação estudantil, - conforme critérios a serem fixados pelo CO.

Parágrafo único - As diretorias dos órgãos de representação estudantil deverão prestar contas das subvenções recebidas, na seguinte conformidade:

- a) o Diretório Central de Estudantes deverá prestar contas ao CO;
- b) os Diretórios Acadêmicos ou Centros Acadêmicos deverão prestar contas às respectivas Congregações.

As alterações propostas enquadram-se no exercício da autonomia universitária, aprovadas pelos órgãos competentes da Unesp, exceção feita à redação proposta para o artigo 21, prevendo lista tríplice para a escolha do Reitor. Esta há de ser sextupla, nos termos da Lei nº 6.420/77.

Não se argumenta que, no caso, há, tão-somente, repetição do atual artigo 21. Dadas as características cogentes da Lei nº 6.420/77, ainda que a Universidade não tenha alterado a redação do artigo 21, para substituir "lista tríplice" por "lista séxtupla", ainda assim a imposição logo, vigorou desde logo, independentemente de alteração estatutária ou regimental.

O Estatuto não poderá dispor contrariamente à lei, devendo, ao contrário, a ela afeiçoar-se.

Aprovam-se as alterações do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", nos termos deste Parecer e na forma da minuta de decretos que o acompanham. Referidas alterações somente se tornarão efetivas depois da homologação deste Parecer pelo Sr. Secretário da Educação, por meio de decreto do Poder Executivo.

São Paulo, 3 de fevereiro de 1987.

a) Cons^o Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCADO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de fevereiro de 1987

a) Cons^o CELSO DE RUI BEISIEGEL

Vice-Presidente no exercício da Presidência

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

DECRETO N° DE 1987

Altera o Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho",

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, diante do Parecer CEE n° , aprovado em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, realizada em de 1987 e homologado por Resolução do Secretario da Educação publicada no Diario Oficial de 1987.

DECRETA:

Artigo 1º-Os dispositivos a seguir relacionados do Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", aprovado pelo Decreto n° 9.449, de 26 de Janeiro de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o artigo 21:

"Artigo 21 - O Reitor será nomeado pelo Governador, em lista sextupla de Professores Titulares, com mandato de quatro anos, nao sendo permiti da recondução sucessiva.

§ 1º - O Reitor será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor.

§ 2º - Em faltas ou impedimentos eventuais do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida na forma deste Estatuto."

II - o § 1º A do artigo 32:

"§ 1º A - A representação a que se refere o inciso VI será indicada pelo Diretório Acadêmico ou pelo Centro Acadêmico, permitida 1 (uma) recondução."

III - o artigo 41:

"Artigo 41 - Caberá á Chefia a função ejecutiva ao nível de Departamento.

§ 1º - O Chefe deve ter, no mínimo, o título de Doutor e será escolhido pelo Diretor da Unidade, mediante lista tríplice elaborada pelos docentes do Departamento.

§ 2º - É de dois anos o mandato do Chefe do Departamento, vedadas duas reconduções consecutivas.

§ 3º - O Chefe será substituído, em suas faltas ou impedimentos; por um Subchefe, indicado conforme os critérios fixados nos parágrafos anteriores.

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

§ 4º - Verificada a vacância da função de Chefe, seu substituto convocará reunião do Departamento, dentro de quinze dias, para a elaboração da lista triplíce nos termos do disposto neste artigo.

§ 5º - No impedimento do Subchefe, a substituição far-se-á pelo docente mais graduado, membro do Conselho de Departamento, com maior tempo de exercício no cargo ou função."

IV - o artigo 42:

"Artigo 42 - O Conselho de Departamento, órgão máximo de deliberação nesse nível, tem a seguinte composição:

I - o Chefe, que preside as suas reuniões; II - o Subchefe; III - representantes das categorias docentes, até o máximo de dois por categoria, eleitos por seus pares;

IV - representação discente;

V - um representante do corpo técnico-administrativo.

§ 1º - o mandato dos representantes referidos no inciso III será de dois anos.

§ 2º - A representação discente terá mandato de 1(um) ano, sendo permitida 1(uma) recondução, devendo a escolha recair em alunos matriculados em disciplinas do Departamento.

§ 3º - A representação a que se refere o inciso V deste artigo somente ocorrerá nos Departamentos que tenham, no mínimo, três Servidores Técnicos e Administrativos, sendo o mandato de dois anos, permitida uma recondução sucessiva."

V - o § 1º do artigo 82:

"§ 1º - Poderão concorrer ao cargo de Professor Titular candidatos estranhos à UNESP, portadores de título de Livre-Docente cuja equivalência haja sido reconhecida por esta Universidade"

VI - o § 3º do artigo 88:

"§ 3º - A representação discente será indicada pelo DCE e pelos DAs ou CAs, conforme o órgão colegiado a que se destinar." VII - o artigo 94:

"Artigo 94 - Somente poderão candidatar-se a livre-docência portadores de título de Doutor, conferido pela UNESP ou por ela declarado equivalente."

Artigo 2º - Fica acrescentado ao Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" o seguinte dispositivo:

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

I - ao artigo 18, o inciso XI A:

"XI A - reconhecer títulos universitários obtidos em Instituição de ensino superior, do país ou do exterior, ouvida a respectiva Congregação."

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario, em especial o inciso XIV do artigo 14 e os artigos 89 e §§, 90 e §§ do Estatuto da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", aprovado pelo Decreto nº 9.449, de 26 de Janeiro de 1977.

UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

DECRETO N°

DE 1 987.

Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de Sao Paulo, no uso de suas atribuições legais, diante do Parecer CEE n° , aprovado em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, realizada em de 1987 e homologado por Resolução do Secretário da Educação publicada no Diario Oficial de de 1987.

DECRETA:

Artigo 1° - Os dispositivos a seguir relacionados do Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", aprovado pelo Decreto n° 10.161, de 18 de agosto de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 17 - As Câmaras referidas no artigo anterior, destinadas a assessorar o CEPE, serão constituídas por nove membros, dos quais sete docentes eleitos pelo CO e dois discentes indicados pelo DCE.

§ 1° - Os membros docentes da CCG, CCPG e da CESC, serão eleitos dentre os professores da UNESP, portadores, pelo menos, do título de Doutor, observando-se, porém, o disposto no § 4a do artigo 17 do Estatuto.

§ 2° - Os membros discentes da CCG serão alunos da graduação; e os da CESC, da graduação e da pós-graduação; e os da CCPG serão alunos da pós-graduação."

II - o artigo 27:

"Artigo 27 - A CPRT será composta por 13 membros, com titulação mínima de Livre-Docente, indicados pelo Reitor dentre os docentes da UNESP, em exercício ou aposentados.

Parágrafo único - Na escolha dos membros da CPRT , será estudada a possibilidade de fazer-se representar cada um dos campos do conhecimento."

III - o inciso XX do artigo 40:

"XX- deliberar sobre a prestação de contas do Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico."

IV - o artigo 108:

"Artigo 108 - Os títulos de Mestre, Doutor e de Livre - Docente, obtidos fora da UNESP, serão admitidos para fins de concurso, de contratação e de progressão na carreira docente, quando houver sido reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos por esta Universidade".

§ 1°- Os títulos de Mestre e de Doutor, obtidos em cursos era credenciados pelo CFE, dispensam o processo de reconhecimento a que se refere o "capuz" deste artigo.

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUALPAULISTA

REITORIA

§ 2º - A inscrição em concursos de candidatos cujos títulos hajam sido obtidos fora da UNESP será aceita condicionalmente, dependendo a respectiva confirmação de manifestação da Universidade quanto a equivalencia do título apresentado.

§ 3º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a realização do concurso ficará suspensa até a decisão do CEPE."

V- o artigo 126:

"Artigo 126 - O acesso às funções da carreira docente da UNESP, de que trata o artigo 72 do Estatuto, atendido o disposto no artigo 108 deste Regimento, será feito da seguinte forma:

I- o Professor Assistente que obtiver o título de Doutor terá acesso a função de Professor Assistente Doutor;

II- o Professor Assistente Doutor que obtiver o título de Livre-Docente terá acesso a função de Professor Adjunto."

VI- o artigo 127:

"Artigo 127 - O concurso para a obtenção do título de Livre-Docente, aberto a portadores de título de Doutor concedido ou considerado equivalente pela UNESP, constará das provas especificadas no artigo 95 e parágrafos do Estatuto."

VII - o artigo 138:

"Artigo 138 - Na representação estudantil junto ao CO, não haverá mais que um representante de cada 'Campus' da UNESP."

VIII - o artigo 139:

"Artigo 139 - A representação discente para os órgãos colegiados da UNESP será indicada:

I- pelo Diretório Central de Estudantes, se destina ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços a Comunidade;

II - pelo Diretório Acadêmico ou pelo Centro Acadêmico, se se destinar aos colegiados das Unidades Universitárias.

Parágrafo único - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado."

IX - o artigo 149:

"Artigo 149 - As diretorias do DCE, do DA e do CA terão a composição prevista nos respectivos Regimento."

X- o artigo 149-C:

"Artigo 149-C - Não será permitida a representação de aluno de curso de pós-graduação que exerça atividade docente na UNESP"

XI - o artigo 149-E:

"Artigo 149-E - Os representantes estudantis somente terão suas designações efetivadas se preencherem os seguintes requisitos:

I - ser aluno regularmente matriculado;

UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

II - estar cursando, pelo menos, 3 (tres) disciplinas no período letivo.

Parágrafo único - o não-preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará na perda do mandato."

XII - o artigo 151:

"Artigo 151 - A Universidade poderá consignar em seu orçamento dotação para os órgãos de representação estudantil, conforme critérios a serem fixados pelo CO.

Parágrafo único - As diretorias dos órgãos de representação estudantil deverao prestar contas das subvengoes recebidas, na seguinte conformidade:

a) o Diretório Central de Estudantes deverá prestar contas ao CO;
b) os Diretórios Acadêmicos ou Centros Acadêmicos deverão prestar contas às respectivas Congregações."

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial, os artigos 132; 133; 134; 135; 136; 137; 148 e Parágrafo único; 149-A; 149-B e Parágrafo único; 149-D; 150 e §§ e 150-A, do Regimento Geral da Universidade Estadual paulista "Julio de Mesquita Filho", aprovado pelo Decreto nº 10.161, de 18 de agosto de 1977.